

Mais do mesmo no Banco Master

Leonardo Avritzer e Rômulo Paes de Souza

CartaCapital, 12.3.2026

Os vazamentos reabrem a lógica lavajatista e tensionam o cenário eleitoral

Os intensos [vazamentos](#) referentes aos escândalos do Banco Master e do INSS têm produzido notícias capazes de modificar a conjuntura política do País. Em 4 de março, foi divulgado pelo site Metrôpoles o sigilo bancário do filho do presidente Lula, solicitado pela CPI do INSS. No dia seguinte, também saíram no mesmo Metrôpoles e no jornal O Globo o registro de supostas trocas de mensagens entre o ministro Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vercaro.

Os dois casos sugerem uma dinâmica recorrente que dominou a cena política durante a Operação Lava Jato. Uma relação direta entre a Polícia Federal e integrantes da CPI com certos jornalistas. Nos dois casos mencionados, inaugura-se uma lógica de vazamentos reservados para repórteres selecionados, que escolhem os alvos da execução pública. Como é sabido, alguns desses jornalistas tiveram papel destacado durante a Lava Jato e ficaram conhecidos como porta-vozes de grupos próximos ao juiz Sergio Moro, de quem recebiam o que a República de Curitiba estava interessada em pautar. Nenhuma notícia sobre as relações próximas e ilegais entre o ex-magistrado e o Ministério Público ou quanto às formas de chantagem abertas que poderiam ter se constituído em furos espetaculares fez parte da cobertura da operação. A pergunta que volta a nos assombrar é se essa mesma dinâmica está de volta à política brasileira, em um ano eleitoral.

Ao analisar a lógica dos vazamentos, devemos perceber que ela distorce dois elementos centrais da política. Em primeiro lugar, em vez de ocorrer uma investigação baseada em evidências, o que se busca é tentar convencer a opinião pública da culpa de certos integrantes do sistema político baseada apenas no conteúdo seletivamente publicizado. Muitas vezes, os fatos relatados não são verdadeiros ou não nos permitem ir além de uma suspeita, como foi, por exemplo, a conspiração para a fuga de Nestor Cerveró do Brasil que levou à prisão de um senador e nunca veio a ser comprovada. Em segundo lugar, os vazamentos provocam o chamado fishing. No episódio do [vazamento](#) dos dados bancários do filho do presidente Lula, ficou claro que ele não teria recebido depósitos de Roberta Luchsinger. Contudo, nenhuma linha foi escrita sobre o que teria motivado a quebra do sigilo. As editoriais não parecem se importar com a ilegalidade da contínua exposição das movimentações bancárias de Fábio Luís da Silva, que produzem forte repercussão política.

A mesma coisa pode ser dita em relação aos vazamentos de mensagens [atribuídas](#) ao ministro Alexandre de Moraes. O formato dos arquivos referentes às trocas de mensagens entre o réu e o ministro entregues à CPI é diferente do obtido pela jornalista do Globo, indicando a Polícia Federal como a possível fonte e permitindo a hipótese de que o réu teria deixado de propósito “pistas” que apontassem para algumas autoridades da República. Evidentemente, não é possível negar a priori o não envolvimento do ministro, mas tampouco é possível afirmar de prima facie o contrário com base em mensagens cujas emissão do celular de Vercaro e recepção pelo celular do ministro não estão comprovadas. Da mesma forma, não se sabe qual teriam sido as eventuais respostas do magistrado a essas mensagens.

Forma-se, outra vez, o caldo de cultura para candidaturas outsiders

Especula-se que tais mensagens foram enviadas a mais de um contato, entre eles o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, o senador Irajá Abreu, a advogada Viviane Moraes e outros políticos, que negam ter recebido tais mensagens. Assim, é possível perceber um padrão de direcionamento de suspeitas contra determinadas figuras por parte da PF e da mídia, que passam a ser consideradas culpadas antes mesmo de ser investigadas. Em relação aos vazamentos no curso das investigações, não sabemos por qual tipo de relação direta isso se estabelece pela imprensa e jornalistas.

Temos uma reorientação da conjuntura política na direção de uma percepção de que todos estão envolvidos com a corrupção. Cria-se, desse modo, um caldo de cultura favorável a candidatura de outsiders do sistema político. Assim como no tempo da Lava Jato, há uma imprevisibilidade muito grande no cenário político, tanto pelo conteúdo das mensagens vazadas quanto pelo tratamento dado pela mídia ao que vier a ser fornecido por seus informantes. Contudo, interessa ao Centrão, que controla as duas casas legislativas e cujas bombas deixadas por Vercaro repousam no seu colo, que o escândalo não beneficie politicamente ninguém. Interessa ao mercado que a incerteza provocada pelo Banco Master e a cadeia de empresas a ele vinculadas pare de atrapalhar os negócios. Interessa aos bolsonaristas que a lista de candidatos financiados direta e indiretamente pelo banqueiro e seus operadores não seja revelada.

Ainda que o *modus operandi* do caso Master seja o mesmo da Lava Jato, o escândalo produzido pela psicopatia de Vercaro é muito diferente daquela produzida pelos seus equivalentes de Curitiba em dois aspectos: temos uma maioria no STF mais atenta às manipulações entre policiais e jornalistas e temos uma PF um pouco mais profissionalizada. Mesmo assim, surpreende aos observadores políticos que a própria corporação ainda não tenha tomado medidas para conter os vazamentos que prejudicam a sua imagem e reputação.

Os episódios recentes indicam que a política brasileira volta a conviver com uma lógica de vazamentos seletivos que desloca o centro do debate público das evidências para a construção de narrativas. Quando informações parciais, muitas vezes não verificadas, são tornadas públicas em meio a investigações em curso, cria-se um ambiente de suspeição generalizada que fragiliza instituições, distorce o devido processo legal e contamina o debate eleitoral. Ainda que o contexto institucional atual apresente alguns freios inexistentes no auge da Lava Jato, a persistência dessa dinâmica revela o risco de que disputas políticas e interesses corporativos passem a operar por meio da exposição pública seletiva, produzindo instabilidade e incerteza justamente em um momento sensível da vida democrática do País. O desafio que se coloca, portanto, é garantir que investigações ocorram no limite da institucionalidade dos órgãos envolvidos e com transparência, sem que vazamentos e espetacularização substituam o trabalho efetivo de apuração dos fatos. •

**Leonardo Avritzer é cientista político e professor aposentado da UFMG; Rômulo Paes de Sousa é pesquisador da Fiocruz e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva.*

Publicado na edição nº 1404 de *CartaCapital*, em 18 de março de 2026.